

ATA DA SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ONLINE DO CONSELHO PERMANENTE DO CCP, realizada pelo aplicativo ZOOM, a 15 de outubro de 2022, com início às 14h00 de Lisboa, para tratar da seguinte ordem do dia: 1) Aprovação da Ata da reunião de 24/09; 2) Proposta de alteração à Lei 66-A e Orçamento do CCP para 2023, ações do CP/CCP; 3) Programação da Ida a Lisboa do CPCCP; 4) Assuntos Gerais. Presentes os Conselheiros titulares Flávio Martins, Amadeu Batel, Ângelo Horto, Rita Santos, Lígia Fenandes, Paulo Marques, António Cunha, assim como o Conselheiro Paulo Martins, em substituição ao Cons. Daniel Loureiro, o Cons. Sérgio Tavares e o Cons. Fernando Topa na qualidade de convidados pelas CTs. Os Conselheiros Pedro Rupio, Manuel Coelho e Maria de Lourdes De Almeida, justificaram as suas ausências. O Cons. Flávio Martins iniciou a reunião agradecendo a presença de todos/as e pôs em votação a ordem de trabalho que foi aprovada. Passando-se ao ponto 1) Aprovação da Ata da reunião de 24 de setembro (online), a mesma foi aprovada por unanimidade, assim como também a ordem do dia. Passando ao ponto 2)- alteração à Lei 66-A, o Cons. Flávio Martins informou que nada tinha sido feito. Disse que o pedido foi reiterado e que tinha sido encaminhado para o Grupo Parlamentar do PS e para o Deputado Paulo Pisco. Mencionou que ainda no dia anterior tinha ido ao Site e nada aparecia e o Deputado Paulo Pisco nem sequer tinha respondido. Perguntou ao SE de estado, Dr. Paulo Cafôfo, mas ele disse nada saber. Referente ao Orçamento de Estado ainda não há resposta e quando interrogou a Ana Cristina Ribeiro e o Embaixador Ferraz da DGACCP, ambos disseram não terem notícias ao respeito. Perguntou aos presentes se alguém tinha alguma notícia e todos disseram nada saberem. O Cons. Amadeu Batel considera que não devem haver alarmismos pelos momentos, pois o Orçamento vai ser discutido entre o dia 10 e o dia 27/10, pelo que espera que nessa altura também seja discutido o Orçamento do CCP. Uma vez que o orçamento vai ser aprovado no dia 25

de outubro, opina que aí já se terá um panorama mais claro sobre as políticas para as Comunidades. Uma vez tendo conhecimento deste particular, refere que já não se vai estar tanto às cegas pois a partir daí saber-se-á quais são as grandes opções do plano porque estarão plasmados os grandes objetivos do Governo, portanto haverá tempo até ao dia 14/11 de alinhar a programação e aquilo que se propuser fazer em Lisboa. O Cons. Flávio Martins manifestou que assistiu o programa Decisão Nacional, no qual foi entrevistado o Dr. Paulo Cafôfo e este referiu que tinha mandado elaborar um estudo sobre um plano estratégico de políticas para as Comunidades e o ente encarregado era o Observatório da Emigração e que não se consultou o CCP, que é o Órgão Consultivo para as Comunidades. Comentou ainda que este estudo será apresentado até ao fim do ano e dará aso à criação duma estratégia de políticas para as Comunidades, baseado no estudo e numa consulta pública que será feita entre o dia 1 de janeiro e fins de março. Mencionou ainda que as reuniões em Lisboa devem ser reuniões de trabalho mais que de consulta para analisar as propostas do CCP antes de se ter reuniões com alguém. O Cons. Paulo Martins considera que é inaceitável não terem até aos momentos qualquer resposta independentemente do Parlamento estar a discutir o Orçamento de Estado. Assinala também que o fato de ser o Observatório da Emigração a elaborar o plano estratégico de políticas para as Comunidades sem que o CCP tenha sido consultado é totalmente erróneo devido a que vai olhar para as Comunidades desde o ponto de vista do governo e portanto é importante tomar uma posição ao respeito já que o CCP não foi visto nem achado neste processo. O Cons. Sérgio Tavares considera que com respeito à Alteração à Lei 66-A já tudo foi dito e o não ter ainda resposta e uma questão que há que fazer notar e lembrar quando se estiver em Lisboa. No relacionado com o estudo para a realização do plano estratégico duma política para as Comunidades pergunta quando foi este estudo encarregado. O Cons. Flávio Martins respondeu que no que refere a este ponto o mais

importante e grave é que com a consulta pública , apesar de concordar com ela, é que o CCP não foi oficialmente consultado neste processo. Lembra que em Lisboa, aquando das reuniões do CPCCP, a SEDES informou que basados numa pesquisa realizada constataram que a maioria das pessoas não conhecem o CCP nem sabem para que serve. Especifica também que nessa entrevista o SE disse que iriam estruturar o plano estratégico em três fundamentos, o serviço do Estado e as necessidades das Comunidades, a participação política e cívica e a participação económica. Acrescenta ainda o Cons. Flávio Martins que no final pergunta-se: “e as eleições para o CCP?” e o SE respondeu que auscultou os Conselheiros e que para ele esse assunto já estava resolvido, mas que os Conselheiros não quiseram a eleição agora, ou seja empurrou-se este assunto todo para o CCP. O Cons. Sérgio Tavares entende que em vista que o CCP não foi consultado sobre o estudo do plano estratégico dum política para as Comunidades, se lhe perguntarem sobre esta questão vai responder grosseiramente e dizer que como o CCP não foi visto nem achado neste processo, nada tem a opinar e aconselha o CPCCP a não dar nenhuma resposta caso seja pedida alguma informação por parte do Observatório da Emigração. No que refere à Lei 66-A considera que se deve esperar pois os Grupos Parlamentares é que agora têm que fazer o trabalho e ainda nada fizeram, o que é de lamentar. A Cons. Rita Santos reflete que é preocupante o fato de até agora nada se ter feito com respeito à Alteração à Lei 66-A e menciona que em julho, em Lisboa, a quando das reuniões do CPCCP, o que foi pedido foi a Alteração à Lei e a seguir convocar a eleições, nunca se disse que o CCP não queria a eleição agora. Referente ao projeto do estudo do plano estratégico dum política para as Comunidades considera ainda mais grave que o CCP não tenha sido consultado. Por tudo isto opina que se deve ter uma posição categórica e confrontar o SE para que situações desta índole não continuem a ocorrer. O Cons. Amadeu Batel lembra ao Cons. Sérgio Tavares que não se podem ignorar estas questões e que o

Conselho Regional da Europa acordou enviar uma carta ao SE com cópia ao PM manifestando o descontentamento existente devido a estas atitudes que continuam a lesar o CCP. O Cons. Sérgio Tavares diz lembrar-se de na verdade o Conselho Regional da Europa ter falado sobre as faltas de resposta às Comunicações enviadas a Lisboa, as quais foram como dez, e todas foram ignoradas. O Cons. Flávio Martins informa que se for questionado sobre alguns destes temas, será muito categórico na resposta e dirá que o CCP simplesmente não foi consultado a respeito. Pergunta aos presentes se todos concordam com esta posição, os quais responderam afirmativamente. Passando para o ponto 3) Programação da reunião em Lisboa, o Cons. Flávio Martins explica que colocou hora e meia para cada reunião com os Grupos Parlamentares tal como se tinha acordado em prévias reuniões online do CPCCP. Indica que pedirá uma reunião com a Secretaria da Modernização ou da Administração Interna para saber-se qual o entrave para proceder ao debate sobre a Alteração à Lei 66-A e que se pediu uma audiência com o Primeiro Ministro. No que concerne ao último dia seria o almoço com o SE e depois a tarde de reunião com ele e com o Embaixador Ferraz da DGACCP, seguindo depois do encerramento com a conferência de imprensa. Uma vez que informou sobre toda a programação, passou a palavra aos presentes para que emitissem os seus pareceres e poder assim afinar os últimos detalhes. O Cons. Amadeu Batel considera que devem ser feitas algumas alterações pois é muito importante despor do tempo necessário para uma reunião interna. Considera que se devem analisar e debater questões muito importantes, tais como o Orçamento e o plano estratégico de políticas para as Comunidades, entre outros, daí que propõe que a primeira manhã seja dedicada a esta reunião antes das outras com os Grupos Parlamentares para acertar as ideias sobre estas questões. Assinala que a reunião interna, as reuniões com os Grupos Parlamentares do PS e do PSD e a audiência com o Presidente da Assembleia, Dr. Augusto Santos Silva, seria o suficiente para o primeiro dia.

Considera que no segundo dia deve arranjar-se espaço para outra reunião interna face a avaliar o trabalho feito nas diferentes matérias, tais como as eleições do CCP e questões de foro interno que devem ser alinhavadas antes das outras reuniões com os diferentes partidos. No terceiro dia então abordar-se-ia a Secretária da Administração Interna para saber diretamente qual o entrave para que não se proceda ao debate sobre as propostas do CCP. Uma vez feito isto, deveria haver um espaço de duas horas e meia a três para debater com o SE todas estas matérias. Especifica que não considera necessário a presença do Embaixador Ferraz nesta oportunidade porque não se vão debater problemas consulares dado que neste momento os outros temas têm mais relevância. O Cons. Paulo Martins concorda em que se deve ter primeiro uma reunião interna, mas que seria interessante não somente uma reunião com a Secretária da Administração Interna, mas também da Modernização e com a CNE. O Cons. Sérgio Tavares opina que a reunião do terceiro dia deve ser unicamente com a Secretária da Administração Interna, pois é a peça fundamental na questão da alteração à Lei 66-A no que refere ao voto eletrónico. Nesta reunião deve-se ver qual a sua posição, se ela estiver favorável ao piloto do voto eletrónico nas eleições do CCP assegurar-lhe que não haverá problema neste particular; se ela não for favorável deve dar-se-lhe a volta para que este ponto seja incluído na alteração à Lei 66-A. O Cons. Flávio Martins indica que no transcurso do debate já fez algumas alterações à programação e procede a notificar. Haveria então uma reunião interna no primeiro dia das 9:00 às 11:30 e logo depois do almoço, às 13:30 a reunião com o GP do PS, depois às 15:00 hrs com o GP do PSD, às 16:30 hrs com a Iniciativa Liberal (IL) e às 18:00 hrs com o Presidente da Assembleia, Dr. Augusto Santos Silva. No último dia as reuniões não serão no Palácio das Necessidades porque o SE vai almoçar com os Conselheiros na Assembleia da República e logo a seguir, na mesma AR haverá reunião com ele no Auditório, Dr. António De Almeida Santos até às 16:30. A seguir

será o encerramento com a presença do mesmo e depois terá lugar a conferência de imprensa tal como previsto. No segundo dia as reuniões mantêm-se como estavam. O Cons. Paulo Martins, ao contrário do Cons. Amadeu Batel, considera que a presença do Embaixador Luis Ferraz da DGACCP é muito importante devido aos graves problemas consulares que continuam a persistir. A Cons. Rita Santos refere que, tal como disse o Cons. Paulo Martins, a Secretária da Modernização devia também ser convidada pois o voto eletrónico tem muito a ver com o trabalho dela. Também concorda em que o Embaixador Ferraz devia ser convidado pois as eleições dão-se nos Consulados e portanto ele deve estar atento e gerir as instruções ao respeito. O Cons. Amadeu Batel especifica que estas reuniões são para discutir as políticas do Governo e isto é debatido com o SE, não com o Embaixador Ferraz, no entanto não se opõe a que esteja presente. O Cons. António Cunha concorda na sua maioria com todas as propostas debatidas nesta reunião. O Cons. Flávio Martins propõe que na tarde do segundo dia se não for possível serem recebidos pelo BE, PAN e LIVRE, utilizar essa tarde para uma nova reunião interna para avançar com a documentação. Pensa que na manhã do terceiro dia a reunião deve ser unicamente com a Secretária da Administração Interna, por causa do atraso na proposta. Esclarece que isto do voto eletrónico não é uma questão de tecnologia, que é mais uma questão de política. A continuação o Cons. Flávio Martins pergunta aos presentes se consideram que o SE deve estar presente na conferência de Imprensa. A Cons. Rita Santos refere que a conferência de imprensa deve ser unicamente entre o CPCCP e a imprensa, sem a presença do SE. O Cons. Ângelo Horta concorda com a Cons. Rita Santos, no entanto o Cons. Amadeu Batel considera que se deve refletir, pois a presença ou não do SE tem as suas vantagens e desvantagens. Uma das vantagens seria poder confrontá-lo publicamente. Finalizado este debate, passou-se ao ponto 4) Assuntos Gerais. A Cons. Rita Santos agradece o apoio dos Conselheiros no

referente à situação dos aposentados e considera que a reunião foi muito frutífera. O Cons. Paulo Marques deu uma breve síntese sobre a sua permanência em Lisboa na reunião dos autarcas Luso-Descendentes em França. O Cons. Amadeu Batel relembra uma vez mais que esta reunião em Lisboa é diferente das anteriores, pelo que devemos estar muito bem preparados. O Cons. Flávio Martins finaliza dizendo que espera que a reunião em Lisboa seja diferente pelo positivo e não pelo negativo. Assim, nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 16h05 (hora de Lisboa), mandando-se lavrar esta Ata, cópia fiel dos trabalhos realizados e que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e pela Secretária, na forma do Regulamento deste Conselho Permanente do CCP.

